

Fazendas, engenhos e haciendas: Os bens materiais e os escravos dos Jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII¹

Prof. Dra. Marcia Amantino
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO
marciaamantino@terra.com.br
marciaamantino@gmail.com

A Companhia de Jesus foi fundada em 27 de setembro de 1540 no contexto da Reforma Católica e estava alicerçada na ideia de difundir o catolicismo pelo mundo evitando o avanço do protestantismo, principalmente nas regiões recém-incorporadas aos impérios ibéricos católicos.² Garavaglia assinala que, diferentemente das demais ordens religiosas, os inicianos sempre mantiveram uma relação sistemática com o poder secular e religioso, colocando seus homens juntos, ou pelo menos, muito próximos às pessoas essenciais aos postos de comandos. Tornaram-se assim, confessores e conselheiros de reis, de governadores, de autoridades e, em decorrência disto, muitas vezes, inspiraram medo nos demais e ninguém, ou poucos, eram os que questionavam suas atitudes.³

Exatamente por estarem tão enredados nos interesses metropolitanos, os jesuítas quase sempre foram vistos como mais um dos representantes dos reis nas colônias. A catequese e o controle sobre a vida da população, livre ou não, eram entendidos como a forma de transformação daquelas pessoas em súditos leais às Coroas. A Carta ânua da província jesuítica do Paraguai dos anos de 1730/35 é elucidativa a este respeito. Tratando sobre um levante ocorrido na região de Corrientes, o provincial afirmou que os padres inicianos foram vistos pelos revoltosos como “La muralla más firme para conservar la fidelidad de las masas para con el Rey y sus representantes”.⁴

¹ Este texto é um dos resultados parciais do estágio pós-doutoral realizado na Universidade Federal de Minas Gerais nos anos de 2009/2010 sob a supervisão do prof. Dr. Eduardo França Paiva e inicia a demonstração de alguns dos resultados da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no ano de 2011.

² TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985.

³ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987, p. 144.

⁴ Carta ânua 1730-35. Cartas ânuas de la Província Jesuítica del Paraguay. Años 1730-35. São Leopoldo, IAP/Unisinos, 1994, p. 46.

Na América portuguesa chegaram em 1549 juntos com o primeiro governador geral, Tomé de Souza. Na parte americana dominada pela Espanha, aportaram gradativamente após 1568.⁵ Apesar desta diferença temporal, a partir do momento em que desembarcaram nas duas regiões, iniciaram uma rápida política de estabelecimento e exercício de poder, que ora pendia para o seu lado, ora para o dos colonos, usando como argumentos a seu favor, questões ligadas à religião e à conversão dos povos.

Na Capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas aportaram durante as tentativas de expulsão dos franceses e controle dos índios Tamoios na segunda metade do século XVI e, vencidas estas primeiras dificuldades, obtiveram doações de terras por meio de seu Colégio e já no século seguinte, tornaram-se responsáveis pelos Engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo e pelas fazendas da Papucaia de Macacu, do Saco de São Francisco Xavier, de Santa Cruz, de Santo Ignácio dos Campos Novos, de Sant'anna de Macaé e dos Campos dos Goitacazes.

Chegaram à Província Jesuítica do Paraguai em 1587⁶ e, no século XVIII, haviam estabelecido os Colégios de Córdoba, Assunción, Santiago del Estero, Buenos Aires, Santa Fé, San Miguel de Tucuman, Salta, La Rioja, Corrientes e Tarija. Estas estruturas administravam uma série de haciendas, destacando-se dentre elas Santa Catalina, San Ignacio, San Lorenzo, Paraguairí e Alta Gracia, dentre outras.⁷

Este texto busca apresentar aspectos específicos da demografia dos cativos que viviam em algumas destas fazendas/engenhos e haciendas no século XVIII, partindo-se de uma análise comparativa entre as duas regiões para tentar identificar se a Companhia de Jesus desenvolveu um único modelo para administrar seus escravos mantendo-os submissos a uma lógica cristã.

⁵ FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portuguesas e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005, p.100.

⁶ Hoje esta região compreende a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, parte do Chile, parte meridional da Bolívia, os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

⁷ TELESKA, Ignacio. *Esclavos y jesuítas: El colegio da Assunción del Paraguay*. In: *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Vol. LXXVII, fasc. 153, jan-jun. 2008; FERNANDEZ, Angela Maria. *La poblacion esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771)*. Congresso sobre Historia da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989; AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual: a história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz Montoya, 1585-1652*. Roma: Editrice Pontifica Università Gregoriana, 2002.

As terras de Santo Ignácio

A aquisição de terras pela igreja já era algo conhecido e costumeiro na Europa medieval. Os mosteiros, conventos e igrejas recebiam terras e, junto com elas, homens aptos a desenvolverem atividades lucrativas para suprir os gastos dos religiosos.⁸ Os jesuítas mantiveram esta tradição e costume e souberam, como poucos, aproveitar ao máximo as potencialidades das propriedades recebidas. Acreditavam que, para garantir seus projetos missionários, a aquisição de terras era fundamental na medida em que seriam elas, através de uma produção sistemática e racional, as possibilitadoras da autonomia financeira da ordem. Estas estruturas agrárias se espalharam por praticamente todas as regiões onde os jesuítas estiveram missionando e se especializaram em inúmeros produtos agrícolas e de criações e ainda em serviços variando suas características físicas de acordo com a região onde estavam estabelecidas.

Ao pensar as fazendas/engenhos e haciendas jesuíticas na capitania do Rio de Janeiro ou na Província Jesuítica do Paraguai percebe-se que estas propriedades faziam parte de duas sociedades sincrônicas e que portavam uma série de semelhanças em suas estruturas. Ambas pertenciam a uma mesma ordem religiosa, eram espaços agrários pautados por relações escravistas e lidavam com representações ligadas ao Antigo Regime europeu. Além disto, eram estruturas que se inter-influenciavam na medida em que seus religiosos circulavam por todas as regiões em que a Companhia de Jesus estava presente, levando consigo ideias e propostas específicas de administração. Além desta circulação de pessoas, é importante lembrar que as cartas ou as notícias enviadas aos superiores em Roma eram depois despachadas para outras regiões diferentes a fim não só de divulgação do que estava ocorrendo, mas também como uma forma de troca de experiências entre os padres.⁹

Todavia, é importante ressaltar que os religiosos eram homens que conviviam no interior de sociedades específicas e que estavam sob o domínio dos reis de Portugal ou da Espanha. Logo, precisavam prestar contas e agir de acordo com os interesses destas duas coroas e isto fazia com que algumas de suas práticas cotidianas precisassem ser

⁸ ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise*, p. 376.

⁹ LONDONO, Fenando T. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH- Humanitas, vol. 22, n. 43, 2002; EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o pensamento Político Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

adaptadas localmente. Assim, de acordo com Serafim Leite, “os jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa, os jesuítas do Paraguai, a bandeira espanhola. Era a estrita obrigação de cada qual”.¹⁰ Isto, pelo menos até 1580, quando ocorreu a união das duas coroas, transformando-se assim, no que Serge Gruzinski denominou de “Monarquia católica”. A partir daí, ainda segundo este autor, os continentes foram reunidos, aproximados ou conectados desenvolvendo “várias formas de governo, de exploração e de organização social; confronta[ndo], de maneira às vezes brutal, tradições religiosas totalmente distintas”. Todavia, salienta Gruzinski que não houve uma supremacia total dos interesses e valores castelhanos sobre as demais sociedades que compunham a Monarquia católica. Tratava-se de uma “terra de mesclas, de confrontações e de conflitos” e, para viver nas variadas sociedades coloniais e também para governá-las, entendeu-se que cada qual tinha um papel dinâmico na estrutura imperial e que as redes internacionais faziam com que uma nova sociedade emergisse destas relações.¹¹ A Companhia de Jesus estava inserida nestas estruturas e nestas redes até mesmo por suas próprias características supranacionais.

Os inicianos, homens com formações e origens geográficas distintas, membros do império português ou espanhol até antes de 1580 e da Monarquia católica depois desta data até o ano de 1640, conseguiram controlar suas diferenças internas e desenvolver mecanismos que, exitosos ou não, perduraram por grande parte da vida colonial americana. Durante a existência da ordem, seus religiosos estiveram catequizando em praticamente todo o mundo conhecido e controlado por reis católicos, desenvolvendo uma “rede internacional”.¹² Atuaram sistematicamente auxiliando ou tentando exercer o controle sobre as populações coloniais através do cristianismo e da formação de súditos leais e cristãos. Suas práticas de convívio com as populações, ainda que adaptadas as realidades locais podem ser identificadas mais pelas semelhanças do que pelas diferenças nas diversas partes do mundo onde estiveram.

Um exemplo da disposição inaciana em se adaptar às realidades locais em um espaço e sociedade completamente diferentes das encontradas nas Américas pode ser visto por meio de suas ações na Índia. Segundo Maria de Deus Beites Manso, os jesuítas

¹⁰ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VI, p. 557.

¹¹ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

¹² GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. p. 180.

e mesmo o poder político português tiveram que se adaptar, negociar e, em muitos casos, guerrear para conseguir impor suas determinações às populações locais. E mesmo assim, nem sempre conseguiram. De qualquer forma, a associação entre os interesses portugueses e missionários era clara e se confundia. Um dependia do outro para permanecer nas regiões abordadas. Poder religioso e poder temporal se confundiam, criando situações onde o papel dos jesuítas à frente das populações, às vezes não ficava muito claro. A autora argumenta que a vida dos jesuítas na Província da Índia não foi nada fácil e tiveram que lidar com quatro realidades sociais e políticas claras que pautavam as missões no Oriente: havia aquelas voltadas apenas para atender às necessidades espirituais de populações ocidentais e cristãs; havia missões que buscavam catequizar populações locais nos territórios controlados pelos portugueses; as que pretendiam evangelizar povos sob o contato direto dos islâmicos; e por último, as missões que se destinavam a evangelizar as populações precisando para isto adaptarem-se aos valores locais devido à força destes grupos. Os jesuítas utilizaram inúmeras formas de atrair as populações locais para a cristandade. Negociaram, cederam, adaptaram seus dogmas e também guerreararam quando preciso. Usaram o poder econômico que possuíam para promoverem festas suntuosas que se aproximavam do que as populações conheciam como “festividades religiosas”. Com estas festas procuravam demonstrar serem poderosos, generosos e capazes de auxiliar a população mais pobre. Como resultado, conseguiram converter uns poucos membros das elites e alguns das categorias sociais mais baixas. Além destes, as mulheres pobres também foram um grupo onde os padres conseguiram avançar um pouco mais em função de sua situação social inferior no sistema de castas.¹³

Nas Américas, os jesuítas foram “protagonistas esenciales en el desarrollo de la economía de la época colonial”¹⁴ e se inseriam em suas lógicas sociais, econômicas e políticas como administradores de seus latifúndios, transformando-se em senhores de terras e de cativos ao mesmo tempo em que eram membros de um universo religioso e como tal possuíam dogmas e comportamentos específicos que as sociedades, de uma forma ou de outra, esperavam que eles seguissem. Tiveram que desenvolver estratégias

¹³ MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Macau: Universidade de Évora e Universidade de Macau, 2009.

¹⁴ PAGE, Carlos. *La estancia jesuítica de Alta Gracia*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2004, p. 31.

para controlar e conviver com um elevado número de homens cativos, tanto de origem nativa como também africana e as possíveis relações sociais entre estes. Havia ainda outro complicador, pois eles nos aldeamentos/missões controlavam centenas de braços aptos ao trabalho e definiam quando, como, para quem e por quanto os índios trabalhariam. Logo, eram peças-chave nos intrincados sistemas agrários das Américas.¹⁵

As haciendas, fazendas ou engenhos geraram, por meio de suas estruturas agrárias, diversos produtos e rendas revertidas sempre para os colégios da Companhia de Jesus, administrados pelos seus reitores e localizados nas principais cidades. Estas terras, na maioria das vezes, grandes extensões, eram concedidas pelas autoridades coloniais através da doação de sesmarias e ampliadas posteriormente graças a compras e doações de particulares. Os pedidos e os recebimentos de terras eram justificados como sendo a única forma possível de conseguir manter o projeto catequético nas Américas, uma vez que precisavam alimentar os índios que aceitavam o aldeamento.

Estas fazendas congregavam centenas de escravos que produziam para abastecer os aldeamentos/missões, as cidades próximas, ou mesmo outras localidades, mas acima de tudo, eram responsáveis pela geração de lucros para os Colégios dos jesuítas e para a Companhia de Jesus, que aumentava cada vez mais o seu poder local através do controle de mão-de-obra e terra.¹⁶

Ao analisar os dados fornecidos por Ângela Maria Fernandez para a estância jesuítica de Alta Gracia, em Córdoba, pode-se perceber que entre esta estrutura e as que os padres possuíram na Capitania do Rio de Janeiro, havia várias semelhanças e estas permitem algumas inferências. As terras da estância haviam sido doadas à ordem jesuítica por Dom Alonso Nieto, após ter ficado viúvo pela segunda vez. Devido a sua elevada idade - 70 anos, não conseguiu seu intento de entrar na companhia, mas resolveu ainda assim, oferecer sua fortuna para os trabalhos da fé. Após esta doação, conseguiu ser aceito como irmão coadjutor. Em 1646, os padres tomaram posse das terras, dos 26 cativos, das 500 vacas, 15 bois e 170 éguas. Alguns anos mais tarde,

¹⁵ GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim*, p.290.

¹⁶ Este enriquecimento será uma das justificativas para as constantes queixas proferidas contra a Companhia de Jesus. Acreditava-se que os inicianos teriam se distanciado de seus dogmas e se tornado ricos fazendeiros e ou comerciantes.

conseguiram comprar as terras dos Carmelitas que eram limítrofes a sua, formando um complexo sistema agrário.¹⁷

Em 1589, Marquesa de Ferreira, viúva de Cristovão Monteiro, sesmeiro de parte das terras que viria mais tarde a formar a fazenda de Santa Cruz, na capitania do Rio de Janeiro, estava bastante doente e assinou uma escritura doando metade das terras do casal aos padres da Companhia de Jesus. A outra metade pertencia a sua filha, mas em 1590, dias após a morte da mãe, esta aceitou trocar sua parte por outras terras que também pertenciam ao colégio do Rio de Janeiro.¹⁸ A partir daí, os padres começaram sucessivas compras ou permutas de terras na região. Em julho de 1616, os herdeiros de Manoel Veloso de Espinha venderam parte de suas terras; em 1654 foi a vez de Tomé Correia de Alvarenga e dois anos depois era Francisco Frazão de Souza que vendia uma sesmaria.¹⁹ Estava formada assim a gigantesca fazenda de 10 léguas em quadra, ou seja, algo em torno de “dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte metros quadrados”.²⁰

Nos dois casos analisados, a doação inicial de uma parcela de terra para os religiosos foi o início de um processo posterior de compras com o objetivo claro de aumentar as extensões das propriedades, obtendo acesso à água abundante, terras para pastos ou plantações e riquezas extrativistas.

Os jesuítas, ao montarem seus complexos econômicos nas Américas, tiveram que contar com uma numerosa mão-de-obra cativa capaz de desenvolver diferentes atividades que iam desde a prestação de serviços aos padres e a população em geral mediante pagamentos, a agricultura de produtos díspares e a pecuária. Os jesuítas tornaram-se assim, senhores de terras e de escravos. Começava aí, um dos muitos problemas enfrentados pelos inicianos em terras americanas.

Tal situação propiciou acalorados debates entre diferentes ordens religiosas sobre a legitimidade ou mesmo sobre a moralidade da Igreja possuir escravos e os jesuítas não ficaram alheios a esta discussão. A questão central dos debates entre os

¹⁷ FERNANDEZ, Angela M. La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, p. 10.

¹⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de Tombo do colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1968, p. 189.

¹⁹ ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, vol. 1, p. 279

²⁰ FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*, p. 40.

inacianos não era necessariamente a legitimidade da escravização de determinados povos, mas sim a legalidade do cativo. A maioria aceitava a escravização como algo natural e essencial não só para a colonização, mas também para a própria expansão do cristianismo tanto nas Américas como na África, objetivo maior de seu projeto missionário. Houve, de acordo com Alencastro, um “ajustamento doutrinário pró-escravista” dos jesuítas em Angola e Brasil, ao mesmo tempo em que ocorria na Europa um culto crescente à liberdade. A escravidão, segundo Alencastro era vista como um facilitador da catequese tanto dos índios como dos negros. Tal “ajustamento” teria se dado para conciliar a existência do cativo e o estabelecimento de uma sociedade cristã, ainda que escravista. O primeiro passo foi deixar claro para os senhores que os casamentos de seus escravos não os tornavam homens livres; o segundo foi definir, no caso dos índios, que havia nativos cristãos que não poderiam ser escravizados enquanto que os índios bravios e capturados em guerras justas eram passíveis de o serem. Quanto à escravidão negra, o que se discutia era quem poderia ser escravizado e por que e, de uma maneira geral, a maioria aceitava que a escravização dos africanos poderia ocorrer legalmente por causa de guerras inter-tribais, da prática de crimes e do comércio.²¹ O que muitos questionavam era a forma como estas pessoas foram transformadas em escravos, ou seja, se a captura havia sido justa ou não e o tratamento dispensado pelos senhores aos cativos.²²

Vieira, em suas pregações, deixava claro para os senhores que deveriam tratar bem aos seus escravos porque senão estariam em pecado. O tratamento humanitário seria uma forma pela qual os donos dos escravos poderiam ser redimidos e salvos e caberia aos escravos serem dóceis, pacientes, resignados com sua sorte e esperar pela morte, quando obteriam a salvação e libertação de suas almas.²³

Apesar destas e de outras discussões no interior da Sociedade de Jesus, o fato é que a ordem continuou a possuir cativos, quer fossem indígenas ou africanos e seus descendentes. Nas Américas, era impossível exercer as funções nas cidades ou no

²¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 157.

²² DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 215 e ss.

²³ VILELA, magno. Uma questão de igualdade... Antonio Vieira e a escravidão negra na Bahia. In: *Oceanos*, Lisboa, n. 30-31, abril/set. 1997.

campo sem contar com a presença maciça desta mão-de-obra cativa. Em meados do século XVIII, a Companhia de Jesus era a instituição que possuía o maior número de escravos no continente americano e milhares deles se encontravam na América portuguesa. À medida que os jesuítas aumentavam seus aldeamentos e suas aquisições em terras, ampliavam a quantidade deles. Dauril Alden afirma que no século XVIII, os três maiores colégios produtores de açúcar (Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro) eram os que apresentavam um constante crescimento no número de cativos. Todavia, esta informação precisa ser relativizada no caso da capitania do Espírito Santo. Os jesuítas possuíam nesta região, três grandes propriedades: Muribeca, destinada à criação de gado; Araçatiba voltada pra a produção de cana-de-açúcar e Itapoca, fazenda voltada para o cultivo de mandioca e seu preparo.²⁴ Os números de cativos pertencentes à Companhia de Jesus entre os anos de 1694 a 1757, fornecidos por Alden apontam que havia um total de 2987 cativos na capitania. Araçatiba, a fazenda produtora de cana-de-açúcar tinha, de acordo com o inventário feito em 1780, portanto alguns anos após a saída dos religiosos, um total de 852 cativos.²⁵ A Fazenda de Itapoca havia sido montada depois de 1750 e, portanto, sua mão-de-obra só teria entrado no cômputo dos escravos pertencentes aos inicianos na última contagem da tabela de Alden referente ao ano de 1757. O que se percebe é que retirando da contagem os 852 escravos de Araçatiba, a maior parte dos escravos, (2135 indivíduos) não estavam ligados à produção de cana-de-açúcar. Seja como for, Alden tem razão ao afirmar que em meados do século XVIII, a Companhia de Jesus era a instituição que possuía mais escravos nas Américas.²⁶

A situação na Província Jesuítica do Paraguai não era muito diferente. Lá, os principais colégios e haciendas em 1710 possuíam 1323 escravos,²⁷ em 1753 já eram 2150 cativos e no ano da expulsão, em 1767, este número havia subido para 3164 escravos.²⁸ Segundo Carlos Page, “Al momento de su expulsión, la Orden jesuita era la

²⁴ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VI, p.152.

²⁵ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VI, p.156.

²⁶ ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise*, p. 525.

²⁷ ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise*, p. 525.

²⁸ CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina*, p. 102.

mayor propietaria de esclavos negros de todas las colonias españolas, con más de 7.000 de ellos bajos su control”.²⁹

No ano de 1743, segundo o Padre Emanuel de Siqueira, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, os inacianos possuíam 2337 cativos, assim distribuídos: a fazenda de Campos dos Goitacazes mantinha 500; a de Campos Novos, 163; em Papucaia eram 225; em Macaé eram 33; em São Cristovão, Engenho Novo e no Velho eram respectivamente 250, 200 e 216 e em Santa Cruz já havia 750 cativos.³⁰

Onze anos depois, o reitor Joannes Honorato demonstrava que a ordem possuía, na capitania, 2616 cativos e que a Fazenda de Campos dos Goitacazes já tinha atingido 820 cativos, enquanto que na fazenda de Santa Cruz havia tido uma diminuição de 10 indivíduos. Naquele momento, Santa Cruz possuía 740 cativos; o engenho Novo contava com 148 escravos, o Velho com 200; a fazenda de São Cristovão com 235; a de Macaé havia aumentado seus escravos e passado para 60; a de Papucaia tinha 223 e Campos Novos tinha 190 pessoas.³¹

Os dados constantes destes dois relatórios enviados pelos reitores sobre a população escrava dos jesuítas nestes momentos permitem a identificação de que houve uma tendência à diminuição do número de cativos nas fazendas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro, enquanto as localizadas nos Campos de Goitacazes (a fazenda de mesmo nome, a de Macaé e a de Campos Novos), todas recebidas em sesmarias em 1630, vivenciaram um aumento em suas propriedades.³² No intervalo de onze anos que separa a informação dada pelo reitor Padre Emanuel de Siqueira da outra fornecida pelo jesuíta Joannes Honorato, houve um crescimento demográfico apenas na fazenda de Campos Novos e em Macaé (27 cativos em cada uma) e em Campos dos Goitacazes, com um significativo e improvável aumento de 320 pessoas. Enquanto isto, em todas as outras fazendas ou engenhos ocorreram maiores ou menores diminuições no número de cativos. Em onze anos, os jesuítas perderam em torno de 95 cativos, o que dá uma média de 8,6 escravos por ano. Podem ter morrido, fugido, terem sido vendidos ou

²⁹ PAGE, Carlos. El camino de las estancias. Córdoba: Comisión del proyecto, 2001, p. 116. Citado por ORTIZ, Victor Hugo Limpas. O Barroco na missão jesuítica de Moxos. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 24, n. 39, jan-jun 2008, p. 239.

³⁰ Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus. Provincia Brasilica – 1701-1757 - Catálogos breves e trienais – 1701-1736, Br. 6/II

³¹ Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus.

³² Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus.

ainda, remanejados para as outras fazendas que tiveram seus numerários aumentados. Por enquanto, não há como sabermos.

Entretanto, a situação numérica dos escravos das propriedades dos jesuítas na capitania do Rio de Janeiro fica um pouco mais complicada de se entender quando se analisa os dados provenientes dos variados autos de sequestros e inventários realizados no momento da expulsão e confisco dos bens jesuíticos. Comparando as informações fornecidas pelos dois reitores (1743 e 1754) com as listagens efetuadas pelos inventariantes das fazendas, realizados em 1759, percebe-se que em cinco anos houve um aumento significativo em praticamente todas as fazendas/engenhos cujos inventários foram localizados. A exceção é a fazenda de Campos Novos que não teve nenhum novo cativo incorporado ao seu contingente.

Tabela 1- População escrava das fazendas/engenhos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro em 1743, 1754 e 1759

Fazenda/engenho	1743	↑ ↓	1754	↑ ↓	1759
Faz. Santa Cruz	750	-10	740	276	1016
Eng. São Cristóvão	250	-15	235	94	329
Eng. Novo	200	-52	148	171	319
Eng. Velho	216	-16	200	85	285
Faz. Campos Novos	163	27	190	0	190
Faz. Papucaia	225	-2	223	92	315
Faz. Campos dos Goitacazes	500	320	820	?	?
Faz. Macaé	33	27	60	?	?
Total	2337		2616		2454

Fontes: Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus. Provincia Brasilica – 1701-1757 - Catálogos breves e trienais – 1701-1736, Br. 6/II Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembarço do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760- março 2038, cx. 1978. Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho, de São Cristóvão; da Fazenda de Santa Cruz. No Arquivo do Ministério da Fazenda. Códice 81.20.16. Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759; Códice 81.20.16. Auto de seqüestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759.

Se a estes dados inserirmos a informação de que em um inventário feito em 1771, a fazenda de Campos Novos tinha 321 cativos³³; em 1776, a fazenda de Macaé possuía 217 escravos³⁴ e que no ato de arrematação da fazenda de Campos dos Goitacazes em 1794, o alferes Joaquim Vicente dos Reis, declarou estar adquirindo a

³³ Arquivo do Ministério da Fazenda. Documentos relativos à fazenda Campos Novos e Campos dos Goitacazes, 1771. Códice: 81.20.39.

³⁴ Arquivo do Ministério da Fazenda. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé, 1776. Códice: 81.20.23 e 23-A.

fazenda com 1435 escravos,³⁵ percebemos um aumento ainda maior. Todavia, estes números não serão analisados aqui porque demonstram uma realidade social entre os cativos posterior ao período dos jesuítas, tema de interesse maior deste artigo.

Voltando ao período em que as fazendas/engenhos estiveram sob a administração dos padres, pode-se verificar por meio dos inventários de 1759 um acentuado equilíbrio sexual entre os cativos. Analisando a tabela abaixo, percebe-se que em todas as fazendas da capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas mantinham este padrão demográfico apresentando um ligeiro predomínio das mulheres sobre os homens.³⁶ A exceção é a fazenda de Santa Cruz.

Tabela 2 – População escrava das fazendas e ou engenhos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro no momento do sequestro de seus bens – 1759

Fazenda/engenho	Total de cativos	Masc.	%	Fem.	%	Indeter.	%
Faz. Santa Cruz	1016	516	50,8	500	40,2		
Eng. São Cristóvão	329	154	46,8	163	49,5	12	3,6
Eng. Novo	319	153	48,0	166	52,0		
Eng. Velho	285	139	48,8	143	50,2	3	1,0
Faz. Campos Novos	190	93	49,0	97	51,0		
Faz. Papucaia	315	155	49,2	160	50,8		
Total	2454	1210	49,3	1229	50,1	15	0,6

Fontes: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760- maço 2038, cx. 1978. Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho; de São Cristóvão; da Fazenda de Santa Cruz. No Arquivo do Ministério da Fazenda. Códice 81.20.16. Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759; Códice 81.20.16. Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759.

O equilíbrio sexual entre os cativos dos inacianos propiciava a formação de famílias e uma acentuada estabilidade no plantel da escravaria. Tanto na América portuguesa quanto na espanhola, havia uma preocupação dos inacianos com a instituição do matrimônio. Os cativos não deveriam viver em pecado e os senhores não poderiam ser cúmplices em suas mancebias e muito menos, impedir os enlaces. Para a América Portuguesa, os relatos/conselhos de Benci e Antonil já são bem conhecidos e ambos apontam para o fato de que formar famílias cativas era um dos deveres morais e

³⁵ Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB- Coleção Lamego. Translado da informação sobre o pedido do Alferes Joaquim Vicente dos Reis ao Juiz ordinário no sentido de que lhe fosse passada a certidão dos termos constantes no Livro de Tombo, com relação à fazenda que pertencera aos jesuítas em 3 de setembro de 1798. Códice 19.13.A8.

³⁶ Este é um número mínimo porque faltam os escravos que viviam no interior do Colégio e os da Fazenda de Campos dos Goitacazes, cujo inventário ainda não foi localizado.

religiosos dos bons senhores.³⁷ Para as propriedades jesuíticas da América espanhola, uma série de documentos comprovam que manter o equilíbrio sexual e, conseqüentemente, acalentar casamentos entre os cativos era uma preocupação constante daqueles religiosos. Em uma visita ao rancho de San Ignacio em 1734, o provincial Jaime Aguillar recomendou a compra de mais escravos, sendo que deveriam comprar mais 12 homens, pois este mesmo número de mulheres não tinha como se casar porque não havia pares para elas no rancho. Em 1745, o provincial Bernard Nusdorfer ordenou o mesmo para o colégio de Corrientes. Salientou, inclusive, que não fossem dadas autorizações para que os cativos se casassem com mulheres livres.³⁸ Mayo cita também a visita do jesuíta José Barreda feita na residência de Montevideu na segunda metade do século XVIII. O jesuíta teria então indicado a compra de negras “para casar los otros que están solteros y con esta diligencia parece ser se aquieten y cumplan mejor ellos con su obligación y nosotros con la nuestra.” Este autor conclui que os jesuítas usavam o casamento de seus cativos como forma de controle social e de incentivo à produção.³⁹

No ano de 1767, quando os religiosos de Santo Ignacio foram expulsos dos domínios espanhóis, os colégios localizados na Província Jesuítica do Paraguai possuíam 3164 cativos assim distribuídos:⁴⁰

³⁷ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão nacional Comemorativa dos descobrimentos portugueses, 2001; BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo:Grijalbo, 1977.

³⁸ CUSHNER, Nicholas P. Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina. p. 101.

³⁹ MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad em La Pampa 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004, p. 149.

⁴⁰ Estes números de cativos precisam ainda ser distribuídos pelas estâncias jesuíticas.

Tabela 3 – População escrava dos colégios dos jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai no momento do seqüestro de seus bens – 1767

Colégios	# de escravos
Córdoba	1043
Santa Catalina	244
Buenos Aires	381
Corrientes	37
Santiago del Estero	326
La Rioja	262
Salta	80
Santa Fé	100
Tucuman	121
Asuncion	570
Total	3164

Fonte: CUSHNER, Nicholas P. Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina, p. 102.

Segundo Cushner, os jesuítas da Província do Paraguai costumavam comprar seus cativos no Porto de Buenos Aires. Entre os anos de 1715 e 1740 compraram legalmente, cerca de 95, mas havia também outras fontes para reporem ou aumentarem o número de cativos: as compras feitas junto a fazendeiros locais, as doações e as entregas clandestinas de remessas vindas do Brasil.⁴¹ Infelizmente, o autor não comprova de onde tirou esta informação sobre a remessa ilegal de cativos provenientes do Brasil, mas sabe-se que desde o século XVI eram constantes as remessas de produtos contrabandeados entre Rio de Janeiro- Buenos Aires e as principais famílias fluminenses estavam envolvidas nisto.⁴²

Uma das estâncias mais importantes e que pertencia ao colégio de Córdoba era Alta Gracia. Utilizando os dados fornecidos por Carlos Page, elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 4- Escravos da estância Alta Gracia, colégio de Córdoba.

Ano	# escravos	Ano	# escravos	Ano	# escravos
1718	187	1733	196	1746	177
1720	139	1734	200	1747	205
1722	156	1736	190	1750	199
1723	151	1741	198	1753	200
1731	198	1743	188		

Fonte: PAGE, Carlos. *La estancia jesuítica de Alta Gracia*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2004.

⁴¹ CUSHNER, Nicholas P. Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina, p. 101.

⁴² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, p. 199-203.

A população cativa desta estância manteve-se ao longo de 35 anos com certa estabilidade. Seu menor número foi 139 no ano de 1720 e o máximo que chegou foi a 205 cativos. É interessante perceber que a estância em questão era considerada um complexo fabril-agrícola e que “estaba destinada a proveer de recursos al Colegio Máximo”.⁴³

Angela Maria Fernandez, analisando esta mesma propriedade, percebeu por meio do inventário feito no momento do sequestro dos bens dos jesuítas, em 1767, que a estância possuía 271 escravos. Destes, 123 eram homens e 148 eram mulheres.⁴⁴ A pirâmide etária desta população apresentava-se com uma acentuada concentração em sua base com 119 indivíduos com idades variando de zero a 14 anos, seguida de perto pela faixa dos que possuíam de 15 a 34 anos com 90 indivíduos. Percebe-se na pirâmide etária uma rápida diminuição no número de indivíduos na faixa de idade entre 35 a 54 anos (38 casos) e daí, para frente, os números caem bruscamente. Em 1771 foi realizada uma nova contagem entre os escravos da estância. Eles já eram 290 pessoas. 134 eram homens, sendo que destes, 64 eram casados ou viúvos e 70 estavam solteiros (aí incluindo as crianças masculinas); as mulheres eram em número de 156 e entre elas havia 78 casadas ou viúvas e 78 eram solteiras, incluindo as crianças femininas. Percebe-se que novamente, houve uma tendência em manter o número de mulheres um pouco acima do total de homens. Esta população estava dividida em 83 famílias, sendo que destas 19 eram formadas apenas pelo casal, 35 eram nucleares e 13 eram formadas apenas pelas mulheres e seus filhos, mas a documentação não deixa claro se eram viúvas ou não. Com relação à pirâmide etária, este inventário apresentou a mesma estrutura: uma base larga e um topo bem reduzido.⁴⁵

Infelizmente, não é possível estabelecer as pirâmides etárias para os escravos das fazendas situadas na capitania do Rio de Janeiro porque a maior parte dos inventariantes não identificou as idades dos cativos.

O balanço apresentado pela Junta das Temporalidades em 1771 sobre os bens que o colégio jesuítico de La Rioja administrava, demonstrou um total de 272 cativos espalhados por sete propriedades. Cada uma delas voltada para a produção de um tipo

⁴³ FERNANDEZ, Angela M. La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, p. 10.

⁴⁴ Deste inventário não constam as relações familiares dos cativos.

⁴⁵ FERNANDEZ, Angela M. La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, p. 15.

específico de bem. A que possuía o maior número de escravos era Nonogasta com 93 cativos e a menor era Encon com apenas cinco. O próprio colégio possuía em uma rancharia que lhe ficava adjacente, 82 escravos.⁴⁶

Todos estes números de cativos apresentados para a capitania do Rio de Janeiro e para algumas localidades da Província Jesuítica do Paraguai são indicativos de que a presença dos escravos era elevada na vida cotidiana dos jesuítas nestas regiões coloniais e que, de alguma forma, eram estabelecidas relações entre uns e outros. Em que medida isto alterou o “modo de proceder” dos jesuítas é uma questão que precisa ser aprofundada e mais ainda, resta saber qual teria sido o grau de relação travada entre os cativos e os índios dos aldeamentos e ou das missões.⁴⁷

Conclusão

A situação para os jesuítas não mudou muito desde que chegaram às Américas até pelo menos a primeira metade do século XVIII e diferentes documentações dão conta do poder exercido pelos inacianos através do controle local e regional. Todos os seus complexos econômicos propiciavam um significativo papel político e econômico que só foi alterado, no caso da América portuguesa, a partir de 1759 e em 1767 em terras da América espanhola, momentos em que foram expulsos. A conjuntura não era mais a mesma dos séculos iniciais e diferentes grupos sociais (colonos, fazendeiros, comerciantes e autoridades metropolitanas) começaram a pressionar e os jesuítas foram identificados como elementos de perigo às Coroas. Daí, para suas expulsões, foi um passo. Suas fazendas, escravos e bens foram confiscados e posteriormente, leiloados.⁴⁸ A expulsão dos mesmos e o confisco de seus bens definirão mudanças significativas nos rumos da catequese, das relações de poder e no controle sobre as terras e mão-de-obra. Antes, os jesuítas eram vistos como os únicos capazes de lidar com os indígenas e transformá-los em vassalos dos reis. Mas, a partir de uma série de mudanças

⁴⁶ QUARLERI, Lia. La administración laica de los bienes de los jesuítas de La Rioja: producción, ingresos y malversación fiscal. *Mundo agrário: Revista de estudios rurales*. Vol 1, n. 2, 2001.

⁴⁷ AMANTINO, Marcia. Jesuítas, negros e índios: as mestiçagens nas fazendas inacianas do Rio de Janeiro no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, p. 81-100, 2008.

⁴⁸ AMANTINO, Marcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 170, n. 443, p. 169-191, 2009.

significativas ao longo do século XVIII, a situação da Companhia de Jesus alterou-se radicalmente. De aliados, tornaram-se inimigos das principais monarquias católicas.

Nas duas regiões, nos momentos em que os padres foram expulsos, as autoridades locais realizaram inventários de seus bens e por esta documentação, pode-se avaliar como estas propriedades eram estruturadas. Suas análises permitem ainda, além das questões econômicas, traçar comparações que apontam para o fato de que a Companhia de Jesus era, em sua essência, uma ordem mundial e com interesses muito amplos alicerçados na idéia de catequização de novos possíveis membros para a Igreja Católica, no caso em questão, indígenas e negros. A montagem e manutenção das fazendas/engenhos e as haciendas por parte da Companhia de Jesus foi sempre justificada pela necessidade de gerar riquezas para que com ela ocorressem as condições propiciadoras do crescimento econômico, político e social destes religiosos na Colônia e porque não, do próprio projeto colonizador. Entretanto, para que este projeto colonizador pudesse ser levado adiante, o trabalho compulsório dos negros e seus descendentes foi essencial. Os escravos dos jesuítas e suas forças de trabalho foram imprescindíveis para o sucesso da missão jesuítica nas Américas.